

OS CUIDADOS NO BRASIL: MERCADO DE TRABALHO E PERCEPÇÕES

Hildete Pereira de Melo,
Lucilene Morandi e
Lorena Moraes
Junho de 2022

FRIEDRICH
EBERT 
STIFTUNG

A pandemia de COVID-19 começou como uma crise sanitária e se tornou uma crise econômica e social, com efeitos severos sobre a economia e o mercado de trabalho, contribuindo para a amplificação das desigualdades e da pobreza em todo o mundo. A necessidade de isolamento social desnudou a pauperização da população mundial, fruto sobretudo de políticas de austeridade neoliberais, adotadas na maioria das economias desde meados dos anos 1980.

As características especiais da crise da pandemia de COVID-19 impuseram o isolamento social para o controle do contágio e a redução de mortes, enquanto não se dispunha de remédios apropriados nem de cobertura vacinal significativa. Foi necessário o fechamento de escolas e creches, centros de atendimento sociais a pessoas idosas e com deficiências, além das empresas cujo produto ou serviço fosse considerado não essencial. O alargamento do prazo de isolamento e a clara percepção que seriam necessários desenvolvimentos de novos conhecimentos científicos (novas vacinas e medicamentos apropriados) para o efetivo controle da doença, demonstraram a necessidade da intervenção de políticas públicas para sustentar a economia, a fim de garantir a sobrevivência do máximo de pessoas, empresas e postos de trabalho.

O Brasil teve muita dificuldade para controlar e combater a pandemia, basicamente porque o governo federal assumiu uma postura negacionista e impediu que houvesse uma coordenação centralizada, situação agravada pela atuação não coordenada do Ministério da Saúde e das sucessivas trocas, sem critérios, do responsável pela pasta. Além disso, o governo federal não atuou para financiar e ampliar a capacidade de atendimento adequado do Sistema Único de Saúde (SUS), além de sabotar ou negar a possibilidade do uso do conhecimento científico brasileiro acumulado ao longo dos anos de experiência em produção e aplicação eficiente de vacinas. A

tragédia não foi maior devido à reação da maioria dos/as governadores/as e prefeitos/as que, diante da calamidade, assumiram a responsabilidade em definir regras para o isolamento social, disponibilizar espaço para atendimento das pessoas infectadas, repasse de ajuda financeira a pessoas e empresas, além de coordenarem a vacinação em seus estados e municípios.

Foi neste cenário que se desenvolveu a pesquisa “Os cuidados no Brasil: mercado de trabalho e percepções”, ao longo dos meses de junho a dezembro de 2021. Seus objetivos foram: i) fazer uma análise do impacto da pandemia na participação das pessoas no mundo do trabalho, especialmente das mulheres, as maiores responsáveis pelo trabalho não remunerado executado em prol das pessoas da família e essencial para a preservação e reprodução da vida; ii) entender com mais profundidade como as pessoas no Brasil compreendem o que são os cuidados, sua importância e centralidade na vida humana. Estas impressões foram coletadas através de um formulário disponibilizado online e da realização de algumas entrevistas semiestruturadas por telefone, que incluíam perguntas relativas à compreensão do que são os cuidados, bem como sobre os impactos na vida dessas pessoas do redemoinho provocado pela pandemia de COVID-19.

A análise socioeconômica da economia brasileira, dos anos de 2019, 2020 e do primeiro semestre de 2021, partiu das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹. Essa análise foi complementada com os dados extraídos da pesquisa relativa à compreensão das pessoas sobre

¹ Para realizar a PNAD durante o período de isolamento social, o IBGE adaptou a PNAD Contínua e criou a PNAD Covid-19, realizada no período de maio a novembro de 2020, através de consulta telefônica.

os trabalhos de cuidados, tanto remunerados quanto não remunerados, que ficou disponível em ambiente virtual de 15 de agosto a 21 de setembro de 2021 e obteve 3.060 respondentes, sendo a grande maioria, 78,9%, de mulheres.

O estudo utilizou a pesquisa qualitativa porque reconhece que a palavra “cuidados” tem significado amplo, não sendo entendidos e percebidos da mesma forma por mulheres ou homens, pessoas jovens, adultas ou idosas, que vivem em áreas urbanas ou rurais. O resultado da pesquisa qualitativa e das entrevistas oferece um painel dos diversos entendimentos da sociedade brasileira sobre o que são os cuidados e, juntamente com a análise dos dados do IBGE, destacam-se questões fundamentais para o debate sobre os cuidados no Brasil e um possível desenho de um “Plano Nacional de Cuidados para o Brasil”.

PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa mostrou que os reflexos da pandemia, tanto sanitários como sociais, foram dramáticos no Brasil, refletindo-se no número enorme de mortes – o país teve um dos maiores números de mortes por COVID-19 do mundo –, e no mundo do trabalho, com a explosão do desemprego e da precarização da mão de obra. O quadro extremamente grave da pandemia começou a ser revertido com o avanço da vacinação, iniciada no final de janeiro de 2021, por iniciativa do governo paulista. Venceu a sensatez e a cultura de aceitação das vacinas do povo brasileiro, acostumado com as campanhas de vacinação desenvolvidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O sucesso da campanha de vacinação, no entanto, não pode reverter a crise econômica e social, com desemprego massivo, aumento da informalidade e do subemprego, além de uma perspectiva de crescimento muito baixa para 2022. A crise sanitária potencializou as desigualdades no mercado de trabalho e evidenciou o peso dos trabalhos com a reprodução da vida. No mercado de trabalho remunerado, as mulheres ainda estão sobrerrepresentadas nas atividades relacionadas aos cuidados (educação, saúde, serviços sociais, serviços em geral, mas principalmente trabalhadoras domésticas e de cuidados). O maior impacto da pandemia foi sobre o emprego doméstico e cuidadoras/es, atividades que exigem contato pessoal. Estima-se, segundo os dados do IBGE, que essa ocupação perdeu cerca de 1,2 milhão de postos de trabalho (PNAD Covid-19; PNAD Contínua) ao longo de 2020, um setor em que a grande maioria, mais de 90%, é formada por mulheres, especialmente mulheres negras, que representam mais de 60% dessa mão de obra. A perda desses postos de trabalho, parte deles recuperados em 2021 e 2022, implicou em perda de renda e ampliação da desigualdade para um conjunto de pessoas que está entre as que têm menor participação na renda nacional. E o mais dramático é que, no caso das mulheres, esta não foi uma transição para o desemprego, mas para a inatividade, num contexto do retorno feminino ao espaço doméstico. Milhares de mulheres com idade acima de 14 anos se retiraram do mercado de trabalho remunerado, caindo para a categoria de desocupadas, desalentadas ou subocupadas.

O grande desafio é não deixar que a discussão sobre as desigualdades, principalmente as de gênero e de raça, seja esque-

cida com a retomada econômica, nem aceitar que as diretrizes de políticas econômicas para a retomada sejam discutidas sem que se incluam os aspectos sociais de seu impacto, sem que participem dessa decisão os diferentes grupos sociais interessados e diretamente impactados. Não é mais possível aceitar que as políticas públicas visem prioritariamente o bem-estar e o sucesso dos investimentos e mercados financeiros, contribuindo para a pressão baixista sobre os salários e rendimentos da mão de obra, sem que defendam a importância dos cuidados para a vida humana, sem discutir o impacto dos cuidados na vida das mulheres, principais e muitas vezes únicas responsáveis pelos cuidados das crianças e pessoas de suas famílias e a necessidade de se criar condições que melhorem a distribuição desta carga de trabalho de forma mais igualitária entre família, membros da família, Estado e setor privado.

O estudo incluiu a realização de entrevistas por telefone a respeito de como as pessoas haviam vivido os primeiros 19 meses da pandemia (março de 2020 a setembro de 2021) e desta forma captar a percepção das pessoas sobre o que são os cuidados. Os resultados mostram que as famílias tiveram necessidade de aumentar o número de horas dedicadas ao trabalho não remunerado, e que estas foram majoritariamente assumidas pelas mulheres, o que provocou o aumento do desemprego feminino, com um futuro ainda incerto de retorno ao mercado de trabalho no pós-pandemia. Os dados e relatos obtidos na pesquisa mostram que a conciliação trabalho/família ainda é vivida com dificuldade pelas mulheres. São tensões que se revelam nos dados das pesquisas oficiais (IBGE), nas respostas ao nosso questionário online e nas entrevistas realizadas, mostrando como as estruturas e processos sociais são altamente desiguais, sendo urgente a necessidade de se discutir os cuidados, sua centralidade na vida das pessoas e como melhorar a sua distribuição entre pessoas e instituições.

A pesquisa online realizada com 3.060 pessoas de todas as regiões brasileiras incluía a questão que solicitava a relação de determinadas tarefas com a compreensão sobre cuidados. Dentre as 24 opções disponibilizadas no formulário, de acordo com a percepção das/os respondentes, os cuidados estão prioritariamente relacionados ao preparo de alimentação; limpeza da casa, decoração e manutenção e, como a terceira opção mais acionada, alimentar, dar banho e trocar roupa das crianças. Já em relação às entrevistas realizadas por telefone, um primeiro aspecto interessante que pudemos observar em relação à questão sobre a percepção acerca dos cuidados é que as pessoas a recebiam com estranheza, pois nunca haviam pensado sobre o que são os cuidados, qual sua importância na vida das pessoas e sobre quem oferta este trabalho e em quais condições. Um segundo aspecto é que as pessoas tendiam a associar cuidados com a atenção que dispensavam a seus entes queridos, algo relacionado à afetividade ou obrigação moral, no sentido de ter de se cuidar de quem cuidou de você. Ainda nas entrevistas, a percepção sobre os cuidados também estavam muito frequentemente associados à alimentação, ao autocuidado e ao momento (contexto) de vida. O aumento do trabalho de cuidados durante a pandemia e o cansaço decorrente contribuíram para que as pessoas repensassem sua condição de vida, o seu nível de bem-estar, questionando seu grau de satisfação e de capacidade de bem viver, fenômeno que também ocorreu em outros países.

Com esta etapa qualitativa do estudo, pode-se concluir que, de forma geral, as pessoas ainda não compreendem os cuidados em sua dimensão mais ampla, considerando o seu papel e importância na vida de todas as pessoas, muito menos se tem evidente qual a importância desse trabalho na vida das pessoas e o que ele significa, especialmente para as principais fornecedoras de cuidados: as mulheres. No campo acadêmico, compreendemos os cuidados como relação de serviço, apoio e assistência, implicando em responsabilidade diante de outrem², além de classificarmos como uma categoria de trabalho (remunerado ou não), majoritariamente prestado por mulheres, que quando não comercializado não obtém valor mercantil, logo, comumente invisibilizado e desvalorizado pela sociedade.

A pesquisa tem o mérito de mostrar que os cuidados refletem o modelo de socialização a que mulheres e homens são submetidos numa sociedade de cultura patriarcal. Também permite concluir que a discussão sobre os cuidados deve atravessar o muro da academia e alcançar as famílias, comunidades, associações e espaços de trabalho, envolvendo não apenas as famílias, mas as escolas, o poder público, as organizações sociais e o setor privado para que se definam diretrizes de políticas públicas dos cuidados, que visem a redução das desigualdades no Brasil, principalmente as desigualdades de gênero e raça.

Para além dos achados na pesquisa, que se encontram em fase final de publicação, o estudo do tema reforçou a necessidade de visibilizar a importância de Políticas Públicas de Cuidados, a exemplo do que já ocorre em outros países, e de sistematizar recomendações que devem compor essas políticas. É o que apresentamos a seguir.

NOVOS OLHARES SOBRE POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL

A pandemia de COVID-19 e seus reflexos sobre a produção, o mercado de trabalho e o funcionamento do que se entendia como normal da economia, escancarou a importância e necessidade vital do trabalho dos cuidados, seja para a reprodução e manutenção da vida, para a geração de bem-estar para as pessoas, seja para a realização da produção mercantil. Pode-se perceber que sem a realização do trabalho não remunerado não é possível o trabalho remunerado nos moldes atuais.

A pandemia também escancarou a desigualdade relacionada ao trabalho dos cuidados, deixando claro que são as mulheres as principais responsáveis por sua realização, seja no âmbito da família quando realizam este trabalho sem nenhuma remuneração, seja quando o realizam de forma remunerada.

A pandemia escancarou as desigualdades em suas várias vertentes, seja de renda, gênero, raça ou cor. A resiliência e capacidade de enfrentamento da pandemia e suas consequências econômicas foram bastante diferentes para cada um destes

diferentes grupos. Pode-se perceber também que os países com menores índices de desigualdade e com mais e melhores sistemas de serviços públicos obtiveram resultados mais efetivos no enfrentamento da pandemia.

A desigualdade de gênero relaciona-se à tradição religiosa, cultural, histórica e socialmente definidas, e por isso sua eliminação ou redução necessitam transformações profundas no modo de vida da sociedade. Para promover estas mudanças são necessárias definições de novas legislações e diretrizes de políticas públicas que promovam a eliminação da desigualdade de gênero.

São necessárias políticas relacionadas à ampliação e melhoria das estruturas de serviços para que os cuidados tenham reflexo direto sobre a vida das mulheres, já que são elas as principais responsáveis por este trabalho em todas as etapas da vida humana, desde o cuidado e educação das crianças, cuidado dispensado às pessoas com alguma necessidade específica (pessoas idosas, enfermas, com deficiências) e o cuidado com a manutenção e reprodução da vida, tarefas necessárias para manter o bem-estar das pessoas (tarefas domésticas).

Para que as mulheres possam assumir suas vidas, é preciso ter autonomia econômica que lhes permita maior e melhor participação no mercado de trabalho.

A implementação dessas políticas não beneficia exclusivamente as mulheres, mas toda a sociedade. Todas as pessoas precisam de cuidado em algum momento de sua vida, sendo um eixo central na vida humana e na estrutura das sociedades. Desta forma, as políticas de cuidados têm efeito sobre toda a comunidade.

Com estas preocupações em mente, foram listadas algumas recomendações para comporem uma **"Política Nacional de Cuidados"** e que julgamos serem adequadas e relevantes para o combate às desigualdades social, de gênero e de raça/cor no Brasil. A criação desta política é ainda mais relevante por causa do grande impacto sanitário, econômico e social causado pela crise da pandemia sobre a economia brasileira, com aumento do desemprego, da informalidade e do subemprego, aumento da pobreza e do número de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar, e redução da participação das mulheres no mercado de trabalho, não pelo desemprego, mas pela saída do mercado de trabalho. A Política Nacional de Cuidados deve ser elaborada com a ampla participação da sociedade civil e das organizações feministas e de mulheres, com o intuito de garantir o direito irrestrito de todas as pessoas a receber cuidados e o dever de cuidar.

CUIDADOS: ATORES E DEBATES

As propostas sobre o que e como fazer para ampliar e melhorar as estruturas de serviços públicos e privados de cuidados que garantam seu acesso a todas as pessoas, em especial às famílias de menor renda, devem ser resultado de debates que envolvam instituições, organizações e pessoas representantes da sociedade civil, de organizações sindicais, de organizações sociais e de organizações feministas.

2 KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A. R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 17-26.

- Este debate deve incorporar a análise de experiências bem-sucedidas e propostas adotadas em outros países, colocando as políticas de cuidados no centro das decisões de políticas econômicas, visando a redução das desigualdades, garantindo um crescimento mais justo, igualitário e ecologicamente sustentável.
- Exigir que o Estado brasileiro ratifique a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada em 3 de junho de 1981, e que reconhece a necessidade de se criar condições adequadas de uma convivência harmoniosa entre trabalho e família.
- Exigir que os debates sobre o tema dos cuidados sejam incluídos como tema transversal no processo educacional, da primeira infância ao ensino médio, contribuindo para a desmistificação desse tema como “coisa de mulher”.
- Exigir que as empresas vejam os cuidados como parte integrante do mundo do trabalho por ser parte da vida das pessoas, possibilitando maior flexibilização de carga horária.
- Contribuir para que o tema dos cuidados seja parte integrante das discussões das políticas econômicas e das definições de diretrizes de política de Estado.
- Exigir que as discussões e proposições de diretrizes de política nos vários níveis de governo representem adequadamente a perspectiva interseccional dos cuidados, além das diferenças importantes relativas a gênero, raça ou cor, etnia, diferenças sociais, regionais e entre as populações urbanas e rurais.
- Discutir a incorporação de estatísticas sobre gênero e raça/cor em todas as pesquisas realizadas pelos órgãos públicos de pesquisa.
- Discutir a necessidade da criação de novas pesquisas e estatísticas relativas a gênero, raça/cor e local de moradia.
- Promover discussões e medidas para acabar com ciclos de pobreza vividos pelas pessoas de baixa renda, principalmente as mulheres, por não terem acesso aos serviços de cuidados e creches e escolas públicas em tempo integral com vagas suficientes, mantendo-as fora do mercado de trabalho.
- Exigir aumento de matrículas em creches públicas de tempo integral de forma a viabilizar uma melhor distribuição do trabalho de cuidados.
- Exigir que as escolas públicas para crianças até 14 anos sejam de tempo integral, permitindo participação mais efetiva das mulheres no mercado de trabalho.
- Exigir a extensão do período de aulas no ensino público brasileiro como forma de melhorar a qualidade do ensino e reduzir desigualdades.
- Exigir a criação, melhoria e ampliação de vagas e instituições para atendimento de pessoas com algum tipo de necessidades específicas, idosas, enfermas, pessoas com deficiências, sejam instituições para cuidados por dia ou continuada, de estadia permanente ou temporária.
- Exigir a ampla criação e expansão de vagas em casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero, para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade e para pessoas sem teto.
- Criar restaurantes populares, importantes como instrumento de combate à insegurança alimentar, sendo uma forma de garantir a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional para todas as pessoas, sobretudo em tempos de empobrecimento e aumento do desemprego decorrentes de crises.
- Exigir a implementação de uma reforma agrária. A garantia da posse da terra é garantia de cuidados básicos familiares para a população do campo.
- Propor uma política de reconhecimento da economia dos cuidados como uma política de luta contra a pobreza e a desigualdade, de proteção social e do trabalho e a ampliação e o fortalecimento de sistemas públicos de cuidados.
- Incluir nos planos econômicos, orçamento público federal, estadual e municipal os créditos necessários para a criação dos equipamentos necessários nas escolas e nas cidades para democratizar a economia dos cuidados para toda a população.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Não há dúvida que o Estado, em seus diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal) e através de suas ações legislativa e executiva, tem papel preponderante na definição de ações que promovam uma melhor distribuição dos cuidados entre pessoas e instituições da sociedade, bem como na criação, melhoria e expansão de serviços de cuidados acessíveis e de qualidade. Esta atuação é fundamental para gerar uma sociedade mais igualitária e de crescimento econômico ecologicamente sustentável.

PESQUISAS E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

- Mais e melhores informações estatísticas são fundamentais para o bom delineamento de políticas públicas, reduzindo seus vieses e garantindo sua melhor adequação e resultados.
- Realizar regularmente (a cada cinco ou dez anos) pesquisas de “Uso do Tempo” sobre a organização social dos cuidados e a economia dos cuidados (trabalho remunerado e não remunerado).
- Criação da Conta Satélite do Trabalho Não Remunerado,

formulada a partir das pesquisas regulares de Uso do Tempo, a ser incorporada às Contas Nacionais.

- Promover estudos e pesquisas sobre cuidados no Brasil com inclusão de recortes de sexo, raça e/ou cor, etnia, região do país, capital e interior, zona rural e urbana.

UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DOS CUIDADOS

Os cuidados devem ser entendidos como parte da vida de todas as pessoas. Sendo assim, algumas medidas devem viabilizar uma melhor distribuição desse trabalho entre as pessoas da família e entre as famílias e instituições públicas e privadas da sociedade.

- Formalizar licenças parentais que garantam a pais e mães, biológicos ou adotivos, um mesmo tempo de cuidado do

bebê, usando como referência o que tem sido implementado em outros países e análises sobre resultados.

- Criar formas de se viabilizar a permanência ou o retorno à escola de jovens mães que tiveram gravidez na adolescência, possibilitando sua qualificação para uma melhor participação no mercado de trabalho.
- Exigir que as empresas e empregadores aceitem maior flexibilização das horas de trabalho, contribuindo para mudar a cultura de serem sempre as mulheres aquelas que saem ou faltam ao trabalho para atender eventos de doença ou demandas de familiares. E que por esta razão sejam preteridas para postos de trabalho.
- Exigir legislação e formas de coerção que garantam remuneração igual para trabalhos iguais, punindo discriminações por gênero ou raça/cor.

Hildete Pereira de Melo é professora associada, Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense UFF, coordenadora adjunta do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE).

Lucilene Morandi é professora associada, Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense UFF, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE).

Lorena Moraes é professora adjunta, Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, coordenadora do DADÁ: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde.

CONTATO

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil

Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil

<https://brasil.fes.de>
fesbrasil@fes.org.br

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.